

Subimperialismo à brasileira? Alguns apontamentos sobre o expansionismo e as pretensões hegemônicas brasileiras no cone Sul

Henrique Manoel Silva

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: h-manoel@uol.com.br

RESUMO. A expansão e posterior manutenção da integridade territorial brasileira desde a época colonial, condicionou em linhas gerais a peculiar moldagem do Estado brasileiro, que em suas raízes lusitanas se fez anterior e independente a idéia de nação. Tal pressuposto se converteu em elemento singular de nossa evolução histórica ante a trajetória dos países de origem hispânica, e que de certo modo, também impulsionaram as pretensões hegemônicas do Brasil no sub-continente.

Palavras-chave: hegemonia, expansionismo, território.

ABSTRACT. **Brazilian Sub-imperialism? Some notes about the Brazilian expansionism and hegemonic pretensions in the South Cone.** The expansion and the maintenance of the Brazilian territorial integrity since colonial times motivated the peculiar shaping of the Brazilian State, which in its Lusitanian roots occurred prior to and independently of the idea of nation. This premise turned into a particular topic in our historical evolution prior to the trajectories of Hispanic countries. It also stimulated the hegemonic pretensions of Brazil in the subcontinent.

Key words: hegemony, expansionism, territory.

Introdução

A idéia da constituição hegemônica do Brasil no âmbito latino americano, e particularmente no do cone Sul, condicionou de certo modo os passos por vezes trôpegos da política externa brasileira, que por assim dizer, encontraria uma aparente gênese nos tempos coloniais, quando as entradas e bandeiras alargaram em sentido leste-oeste os limites estabelecidos por Tordesilhas (Holanda, 1990). Tal característica contribuiu para a conformação de uma trajetória histórica singular ante o que se configurou chamar de América Espanhola, devendo ser compreendida não como um projeto em si, mas como decorrência do tipo de arranjo colonial e da característica do mercantilismo português em relação à sua maior colônia.

Tal pressuposto decorre da aceitação de que a peculiaridade da colonização portuguesa nas Américas, em seus primórdios, condicionou a singularidade da formação do Estado brasileiro, em termos de sua unidade (Prado Jr., 1990). Esse processo em sua evolução envolveu uma crescente centralização da política administrativa nas mãos do poder régio em detrimento da autonomia das autoridades locais, que por vezes, redundaram em inúmeros conflitos.

Tais problemas acabavam resolvidos através do pacto das elites locais com o poder central, o que garantiu a manutenção de privilégios a esses potentados, cuja consequência foi a estruturação de uma sociedade exacerbadamente excludente e patrimonialista (Faoro, 1989; Moniz Bandeira, 1998).

Embora essa não seja uma característica exclusiva da sociedade brasileira, ela certamente favoreceu a coesão dessas elites em torno da perpetuação desse modelo de sociedade, condicionando a manutenção da unidade territorial e, de certo modo, da própria cultura.

Foi justamente a conformação dessa moldagem histórica que deu ao Brasil certa vantagem histórica ante a formação dos demais estados na América do Sul, no sentido de garantir o estabelecimento de seus interesses geopolíticos e sua consolidação como potência regional.

É o que aponta Moniz Bandeira, quando afirma que:

enquanto a conformação definitiva e centralizada de quase todos os demais países da América do Sul, como a República Argentina, só ocorreria durante a segunda metade do século XIX, o Império do Brasil, àquela época, já estava amadurecido como Estado, possuindo um aparelho burocrático-militar capaz de defender e mesmo impor, tanto interna quanto externamente, a vontade social de suas classes

dominantes (Moniz Bandeira, 1998, p.88).

Tal constatação decorre da premissa de que o desenvolvimento político do Império brasileiro não se constituía em mero sucedâneo do Estado português, mas, sim, no seu desdobramento, feito em novas bases geográficas, ajustadas às condições das estruturas econômicas e sociais que caracterizavam a antiga colônia.

Segundo Moniz Bandeira (1998, p. 88),

Conservara assim sua contextura institucional, assentada no dogma da soberania una e indivisível da Coroa, a hierarquia, as leis civis, os métodos administrativos, o estilo político, o instrumental bélico e diplomático, com experiência internacional, e o vezo de potência.

Essas condições devem ser compreendidas no esforço levado a efeito pelo Reino português no sentido de resistir ou mesmo de livrar-se do jugo e da prepotência inglesa.

Esse esforço, que, segundo Moniz Bandeira (1998), nem sempre foi bem-sucedido, se converteu em fator fundamental de estruturação e aparelhamento do Estado brasileiro, diferentemente do que ocorrera nas demais colônias de Espanha.

É nesse sentido que a transposição atlântica da Corte para o Brasil se converteu não apenas numa contingência de mero exílio, mas na necessidade premente de manutenção da Coroa e do Estado português através de sua desterritorialização. Essa questão é muito bem elucidada por Faoro, nos seguintes termos:

A monarquia portuguesa, assediada pelas armas francesas e pelas manufaturas inglesas, rebelde à absorção estrangeira, voltou-se para a ex-colônia, numa obra quase nacionalista capaz de convertê-la numa nação independente. Um Estado sitiado refugia-se no perigo menor, no perigo menor à estabilidade do sistema monárquico, certo de que a América o prolongaria (Faoro, 1989, v. 1, p. 254).

O propósito luso não se limitou à sua manutenção, mas, ao reproduzir-se em terras brasileiras, o fez na prática redimensionando as estruturas do antigo Estado português. Dom João, ao perceber as potencialidades políticas, econômicas, demográficas, territoriais e dos recursos potenciais de que dispunha na nova realidade, reacendeu as ambições de construção de um grande Império em face das possibilidades expansionistas e de anexação de algumas colônias de Espanha que já àquela época orbitavam sob sua influência.

Não por coincidência, M. Maillifer classificou o Império do Brasil como uma espécie de Rússia tropical, dadas as suas pretensões expansionistas em

relação às porções meridionais do continente. Por vezes, o Brasil atuou de modo desenvolvido e independente das grandes potências européias, contrariamente às teses que percebiam essa atuação na bacia do Prata como instrumento dos interesses britânicos, quando, na verdade, se tratava de convergência de interesses.

Este ensaio não pretende ser um exercício de exegese conceitual da noção de imperialismo encontrada na tradição teórica marxista, especificamente na de Lênin ou na de Rosa Luxemburgo, nem sua adequação à análise histórica e econômica latino-americana. Embora essas discussões estivessem muito em voga no contexto acadêmico e mesmo político no período de 1950 a 1970 e tenham recebido influência das ações teóricas e práticas cepalinas, elas ainda se mostram recorrentes em nosso tempo, quando ajustes e negociações multilaterais sobre livre comércio e o movimento de grandes capitais públicos e privados dão a tônica do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Tampouco se pretende forçar uma imbricação entre expansionismo territorial e pretensões hegemônicas (hegemonia entendida no sentido de proeminência econômica e liderança política) como definidoras do desenvolvimento histórico brasileiro no âmbito do subcontinente americano. Salvo essas ponderações, nosso objetivo é estabelecer um breve panorama evolutivo da política externa brasileira no cone sul ao longo de sua história.

Destarte, extraímos o título deste texto parafraseando uma das teses de Rui Mauro Marini, dos anos 1960, sobre a *superexploração do subimperialismo*. Nosso objetivo não é reacender as controvérsias da época nem tampouco rediscutir seus equívocos, até porque seus postulados abrangiam um período curto e contemporâneo de análise. Por outro lado, pensando na longa duração e valendo-nos de certo rigor teórico, as condições de exercício imperialista no contexto latino-americano ao longo do século XIX, não apresentavam em sua inteireza aqueles pressupostos, como disponibilidade efetiva para exportação de capitais, de bens de produção e infraestrutura. Porém, é necessário salientar que, embora tais pressupostos não se fizessem presentes de forma integral naquela época, a participação brasileira no comércio e nas finanças da região do Prata era considerável e conflitava em determinados momentos com o poder hegemônico inglês, sobretudo ao longo da segunda metade do século XIX (Doratioto, 2002).

A posição britânica em relação a crescente presença brasileira no Prata não contrastava

diretamente com seus interesses, pois os ingleses viam essa presença como fator de estabilidade e liberdade do comércio regional, preferindo sua intermediação a ter de tratar diretamente com lideranças locais, muitas vezes, instáveis e hostis. Contudo, certa desconfiança prevalecia externada de modo não menos sutil por sua diplomacia. Segundo Moniz Bandeira (1998, p. 93),

(...) o Foreign Office geralmente apreciava o papel do Brasil na Bacia do Prata. Ele não gostava nem da ocupação de Montevidéu, em 1854, nem da expedição do almirante Ferreira de Oliveira ao Paraguai, em 1855. E suspeitava de que o Império do Brasil nutria o propósito de expandir seu território, à custa da anexação dos países vizinhos, o que, por vários motivos, não convinha à Grã-Bretanha.

Pelo lado brasileiro, essa aproximação era vista não como um atrelamento voluntário, mas como uma pertinente estratégia que viabilizava as pretensões hegemônicas do Brasil, explorando em seu próprio proveito os antagonismos locais e as disputas entre as grandes potências envolvidas no comércio da região. Essa postura diplomática se mostrou perspicaz em termos geopolíticos, propiciando ao Brasil lograr naquele momento, mesmo que transitoriamente, a manutenção da invulnerabilidade do seu espaço territorial, impedindo a internacionalização do curso de navegação da bacia amazônica como postulado pelos Estados Unidos e garantir a abertura da navegação na bacia do Prata, vital a seus interesses estratégicos e logísticos. O quadro descrito por Moniz Bandeira é também elucidativo do caráter e da postura da diplomacia brasileira:

(...) de que se empenhara, até mesmo pela força das armas, para conseguir a abertura do Rio da Prata e seus afluentes, o Império do Brasil negou-se a aderir ao tratado de Livre Navegação, celebrado pela Confederação Argentina com a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, em 1853, e manteve a Bacia do Amazonas fechada ao trânsito de navios estrangeiros, resistindo a todas as pressões daquelas três potências, bem como da Bolívia, Equador, Peru, Nova Granada e Venezuela (Moniz Bandeira, 1998, p. 94).

De certo modo, não seria exagerado afirmar que o conflito decorrente do jogo de interesses do Império brasileiro no Prata, à época, tenha condicionado a própria formação e consolidação de alguns estados nacionais, como foi o caso da Argentina e mesmo do Uruguai, uma espécie de Estado tampão e de modo mais indireto do próprio Paraguai, após a queda de Solano Lopez.

Por outro lado, as conseqüências da guerra do

Paraguai explicitaram a fragilidade da hegemonia brasileira, incontestemente ao longo do período de 1850 a 1875. Essa hegemonia era calcada numa estrutura social débil e escravocrata, que inviabilizara a construção de uma sólida organização militar capaz de estabilizar o domínio geopolítico na região e que no plano econômico exaurira o tesouro nacional com o pesado ônus da guerra. Em contrapartida, segundo Doratioto (2002, p. 484):

... a guerra contribuiu para a consolidação do Estado nacional centralizado na Argentina e para dinamizar sua economia, enquanto, em relação ao Brasil, serviu para acelerar as contradições internas do Estado monárquico e constituiu-se em obstáculo para seu crescimento.

Tais conseqüências foram decorrentes também das debilidades internas do arranjo político da monarquia, que redundaram num processo crescente de dissociação em relação ao exército, a ponto de este se converter, em 1889, no instrumento fundamental do golpe de Estado dado pelos republicanos. No plano externo, contribuiriam para a consolidação de uma dinâmica realimentadora da rivalidade entre Brasil e Argentina, que se estenderia ao longo do século XX.

Esse caráter subimperialista brasileiro, que muitas vezes, se confundiu com movimentos de expansão territorial, fora produto das debilidades estruturais desse pretense arranjo hegemônico e da própria evolução singular do capitalismo periférico. No plano social, a realidade histórica demonstraria, nos termos de Faoro (1989, p.736),

a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista. Adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar.

Caminhos e descaminhos do período republicano

A República significou, em linhas gerais, a acomodação do Estado às transformações sociais que fizeram emergir de modo proeminente à cena política um mesmo grupo hegemônico, os cafeicultores e exportadores de café, que, de modo geral, estabeleceram em seu escopo diplomático uma agenda mais restrita em relação àquela praticada ao longo do segundo Reinado. Neste sentido, o que parecia ser um projeto de construção hegemônica no cone Sul até a década de 1870 se transfiguraria, a partir de 1889, numa posição por vezes sentimentalista dos vínculos identitários e culturais que iriam mover as ações diplomáticas brasileiras na região.

Tal percepção, implementada logo nos primeiros anos de República, levou a uma série de equívocos, pois baseava-se na suposição de que bastara ao Brasil adotar a forma de governo das Américas para que sólidos e duradouros vínculos de boa vizinhança se realizassem. Na prática, essa posição permitiu, de modo indireto, por exemplo, que a Argentina implementasse seus interesses geopolíticos no Prata com maior desenvoltura e também que os Estados Unidos paulatinamente cravassem suas garras na América do Sul.

Na verdade, a mudança para essa política exterior deveu-se mais a uma diferente percepção dos interesses nacionais naquele momento do que propriamente à mudança de regime, pois não tardou muito para que tal postura romantizada da política externa fosse substituída por uma postura mais pragmática. Tal mudança se fez buscando maior eficiência diplomática no âmbito das relações econômicas, otimizando o custo do aparato institucional e priorizando os consulados às legações em que isso se fizesse necessário.

Os debates parlamentares da época são elucidativos desse novo perfil. De modo geral, mostravam-se também bastante favoráveis a certa ênfase na regionalização das relações internacionais, como se observa na fala do constituinte mineiro Francisco Coelho Badaró, em sessão de 25 de setembro de 1891:

O orador [Badaró]...entende porém que há na Europa mais economia a fazer do que na América. Deseja que o serviço não fique desorganizado na América do Sul onde está nossa verdadeira política internacional e onde devem ficar os nossos diplomatas mais hábeis. Na Europa estão os grandes interesses de imigração, de comércio e de finanças, os quais incumbem de preferência aos cônsules, que ali devem ser de primeira ordem, bem como remunerados e escolhidos. O eixo da política internacional brasileira está na América do Sul, está nas repúblicas que rodeiam o Brasil ... Para o Brasil as repúblicas que se relacionam pelo Atlântico têm maior importância que as do Pacífico. O orador insiste em colocar a Bolívia entre as nações americanas, cuja saída mais natural é pelo Atlântico, à vista dos revezes que sofreu pelos lados do Pacífico, onde o seu predomínio é impossível... (apud. Bueno, 1995, p. 68).

Se, por um lado, a aproximação com os Estados Unidos se converteu num alinhamento quase que automático, por outro se constituiu num fortalecimento de posições ante possíveis ameaças dos países vizinhos e também significou um paulatino desvio político da dependência européia. Há que se ressaltar que, àquela época, os Estados

Unidos já se constituíam no maior mercado consumidor dos produtos brasileiros, principalmente do café.

De modo geral, o atrelamento dos países latino-americanos aos centros hegemônicos do capitalismo impôs transformações importantes em suas estruturas e novos arranjos políticos e institucionais, que já vinham ocorrendo desde a segunda metade do século XIX. Desse legado, a emergência dos nacionalismos se converteria num dos elementos de primeira grandeza, conforme observa Clodoaldo Bueno:

Os investimentos e imigração estrangeiros na América Latina contribuíram para as transformações econômicas ocorridas no período de 1850 a 1915. Se, por um lado, tais investimentos constituíram fator decisivo para aquelas transformações, por outro – em razão mesmo da vinculação econômico-financeira assimétrica que se estabeleceu –, fizeram surgir o nacionalismo exacerbado como subproduto daquelas transformações. Tal nacionalismo não iria mais permitir amputações territoriais e procuraria não apenas garantir mas também expandir as fronteiras nacionais. Nacionalismo que não se punha em guarda apenas com respeito às nações extra latino-americanas, mas também contra seus vizinhos (Bueno, 1995, p. 19).

Embora a política externa, durante os primeiros anos da República, estivesse basicamente voltada aos interesses das elites agroexportadoras, ela não se descuidou de outros assuntos que o contexto internacional comportava, como as questões referentes ao imperialismo e às lutas interimperialistas, bem como às rivalidades que emergiam no próprio subcontinente a partir desses mesmos nacionalismos.

Em termos sintéticos, a agenda da política externa brasileira ao longo da segunda metade do século XIX esteve pautada por quatro objetivos: busca de controle da política comercial e alfandegária, estímulo à imigração, consolidação das fronteiras nacionais e, por último, a pretensão hegemônica regional. Porém, conforme nos faz crer Bueno (1995), com o advento da República o primeiro e o último desses objetivos perderam sua ênfase, devido em parte à falta de diretrizes e às turbulências, que foram frequentes nesse período.

O romantismo com que passou a ser vista a diplomacia brasileira no início da República, como mencionado anteriormente, por vezes, se caracterizou por uma atitude americanista sem critério e sem lastro: desconsiderava o intrincado jogo de posições e interesses das relações internacionais, que naquele momento passavam por radical realinhamento, devido à emergência de novas

potências capitalistas. A necessária mudança se fez retomando a cautelosa postura que caracterizou a diplomacia do segundo Reinado, desta feita pelas mãos de Assis Brasil e, principalmente, pelas de Rio Branco (1902–1912), notórios monarquistas servindo a República.

As tensões no cone Sul naquele período, colocaram a diplomacia brasileira em uma condição de observadora e mediadora privilegiada ante as contendas envolvendo a Argentina e o Chile, decorrentes de suas pretensões sobre partes do território boliviano, que, desde 1891, arrastaram aqueles países a uma insana corrida armamentista que lhes custaria o comprometimento de suas finanças.

A postura brasileira antecipava-se assim, à possível proeminência de potências européias diante de tais assuntos, assegurando seu prestígio político e diplomático na região, bem como o status de suas instituições tidas como estáveis.

À medida que as estruturas republicanas iam se acomodando, o desvinculamento com a anterior ordem das prioridades diplomáticas se mostrava mais evidente, assumindo um contorno mais pragmático, centrado em dois eixos principais de sua política: o aspecto econômico/financeiro e o geopolítico regional. Tal perspectiva, voltada exclusivamente ao senso prático e empírico dos vínculos e das ações diplomáticas, levaria de certa forma, ao rompimento com o universalismo monárquico, baseado nos rígidos ditames tradicionais das regras de etiqueta.

Desenvolvimento nacional e relações multilaterais no pós-30

As mudanças políticas ocorridas no início da década de 1930 no cone Sul, especialmente no Brasil e na Argentina, embora fossem semelhantes no sentido de suas rupturas, pois envolviam um reajustamento das estruturas de poder, tinham no entanto, natureza intrinsecamente distintas, devido principalmente, a diferente evolução de suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Os anos que sucederam a crise de 1929 desencadearam uma série de *putsches* militares e sublevações políticas com características revolucionárias, que no Brasil, por exemplo, levaram à destruição da ordem institucional implantada com a proclamação da República. Segundo Moniz Bandeira (1993), o golpe militar liderado por José Uruburu na Argentina e a Revolução de Vargas corresponderam em certa medida aos interesses da Grã-Bretanha e não aos dos Estados Unidos.

No âmbito das influências externas e das

vinculações econômicas, ambos os movimentos tiveram também desdobramentos distintos, rearticulando, no caso argentino, o predomínio dos interesses britânicos no seu comércio e, no caso brasileiro, consolidando as posições dos Estados Unidos como principais parceiros os quais comercializavam 60% das exportações do café brasileiro. Internamente, em termos políticos, tal distinção se deu nas articulações de forças e na emergência de novos atores sociais, que passaram a assumir então, maior visibilidade. Segundo Moniz Bandeira, essa distinção se fazia no seguinte sentido:

O Putsch de Uruburu devolveu o poder aos conservadores e restaurou o predomínio dos interesses agro-exportadores contra as aspirações das classes médias urbanas e do proletariado, cuja ascensão à cena política Yrigoyen e os radicais de um modo ou de outro, representaram, desde sua primeira vitória, através do voto direto nas eleições de 1916. Como conseqüência, o sucessor de Uruburu, o general Justo, revigorou a dependência da Argentina em relação à Grã-Bretanha, que restabeleceu e consolidou a sua predominância no comércio exterior daquele país, com a assinatura do tratado Roca-Runciman em 1933.

(...) Ao contrário do golpe militar na Argentina, a revolução no Brasil afastou do poder os conservadores e, abatendo e quebrando a hegemonia dos interesses agro-exportadores dos fazendeiros de café, permitiu que os anseios das massas urbanas se impusessem e conformassem o novo pacto político, que aliou o estamento militar, as classes médias e o proletariado aos pecuaristas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, produtores de carne e leite para o mercado interno (Moniz Bandeira, 1993, p. 24).

Considerando essas variáveis distintas que envolveram os dois processos, é possível compreender a natureza dos projetos de desenvolvimento nacional em curso a partir de então. No entanto, há que se observar que as características impressas por Vargas à política externa brasileira cedo se mostraram muito eficientes, na medida em que buscavam afrouxar os laços de dependência, sobretudo em relação aos Estados Unidos, e também na medida em que abriam, através de sua chancelaria, novas frentes comerciais e de cooperação econômica bilateral, a exemplo dos acordos firmados com a Alemanha.

Tal postura ativa se fez buscando aproveitar as brechas das disputas comerciais entre as grandes potências, em benefício dos interesses do desenvolvimento nacional, em uma espécie de jogo pendular, em que vantagens comparativas eram auferidas explorando-se as rivalidades externas, firmando nossa liberdade de ação internacional e

ampliando a margem de autonomia (Moniz Bandeira, 1993).

No entanto, é reconhecível o fato de que a dependência econômica e comercial da Argentina e do Brasil, estabelecida com potências diferentes e rivais, sobretudo a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, influenciou de modo decisivo o relacionamento bilateral desses gigantes do cone Sul, que, por consequência, pautaram o equilíbrio regional.

Embora, nos anos que se seguiram, o desenvolvimento industrial brasileiro fosse mais intenso e completo em termos de cadeia produtiva do que o argentino, o sentido de ambas as economias permaneceu complementar, apesar de alguns atritos comerciais decorrentes das pressões e dos desequilíbrios políticos internos.

O vínculo estabelecido foi reforçado não apenas pela complementaridade comercial, mas também pelo paralelismo identitário que iria mover a política Argentina a partir do governo de Farrel, e depois Perón, em relação ao regime de Vargas.

Desde 1941, já se estabelecia o preâmbulo de um tratado sobre livre intercâmbio entre Brasil e Argentina e que permitiria, além da adesão de outros países limítrofes, uma forma progressiva de se chegar a uma ampla união aduaneira. Porém, os desdobramentos da guerra na Europa, com o envolvimento direto norte-americano, inviabilizou qualquer tentativa no sentido do amadurecimento da idéia de formação de um mercado comum na América do Sul, embora em meados de 1944, o Brasil já suplantasse a Grã-Bretanha como fornecedor de manufaturados para a Argentina.

Outro fato elucidativo dessa estrita interdependência, que não se limitou à complementaridade comercial, ocorreu durante a crise militar Argentina com os Estados Unidos: estes se opunham de modo intransigente ao golpe de estado de 1943, que liquidara a preponderância das oligarquias agroexportadoras na condução do Estado argentino e que fortalecera as pretensões de Perón em organizar um sistema de poder semelhante àquele articulado por Vargas no Brasil após a revolução de 1930.

Tencionavam os Estados Unidos uma ação militar de grande envergadura, envolvendo as forças armadas brasileiras, no sentido de reverter o processo de ascensão de Perón e de sua junta militar ao poder, considerada pela inteligência americana como declaradamente pró-eixo. No entanto, Vargas, através de sua chancelaria, muito envidou no sentido de dissuadir os norte-americanos de tal investida.

Além de contrariar os interesses econômicos e

comerciais do Brasil na região, qualquer ofensiva contra os argentinos criaria sérios precedentes futuros, o que não era também o desejo dos militares brasileiros.

A proximidade político-institucional entre ambos os regimes era evidente, e talvez mais expressiva que os interesses econômicos que moldavam suas relações bilaterais. De certo modo, esse paralelismo se deu também no âmbito político das oposições e correlações de forças internas, que na Argentina se oporiam à ascensão de Perón à presidência e que no Brasil deporiam Vargas em 1945.

Tais semelhanças e paralelismos históricos são assim descritos por Moniz Bandeira:

Os dois países, por conseguinte, estavam sob ditaduras de caráter bonapartista e nacionalista, sustentadas pelo aparelho burocrático-militar e, devido à influência da época, modeladas em algumas teorias nazi-fascistas, embora se diferenciasssem, em seus objetivos econômicos e sociais, daquelas que Mussolini e Hitler instalaram na Itália e na Alemanha. Destarte, o regime, que os Estados Unidos queriam derrocar na Argentina, apresentava as mesmas semelhanças e características do que vigorava no Brasil, com o seu suporte político, militar e moral. Farrel não ocultava sua admiração por Vargas e pelo Brasil. Perón também. O Estado Novo afigurava-se-lhes como exemplo. Por outro lado, Vargas, como homem nascido e criado na fronteira (São Borja), compreendia claramente a necessidade da boa vizinhança, a perceber que o Brasil estava aliado aos Estados Unidos, com os quais tinha amizade, mas era unido à Argentina pela geografia e assim destinado totalmente a coexistir com ela até o fim dos tempos (Moniz Bandeira, 1993, p. 42).

Entretanto, os episódios que marcaram aquela conjuntura política tiveram rumos distintos. Na Argentina, o malogro da tentativa de golpe por parte das elites agroexportadoras fortaleceu ainda mais o poder de Perón junto às massas trabalhadoras e a setores militares e das classes médias, que o levariam à presidência em junho de 1946 de modo legal e legítimo, através de eleições democráticas. No Brasil, o golpe de outubro de 1945 derrubou o governo de Getúlio antes mesmo da realização da Constituinte por ele conclamada. Tal evento não teve como objetivo a restauração da democracia política já em curso, mas sim, evitar a crescente participação das massas na política brasileira (Moniz Bandeira, 1993).

O mesmo grupo militar que implementara e sustentara a ditadura de Vargas foi responsável por sua queda, e iria compor com os setores mais conservadores da sociedade, tendo à frente o general Eurico Dutra, um regime reacionário e dos mais

repressivos, com invólucro democrático-representativo, reeditando muitas das normas restritivas que vigoraram durante os momentos mais sombrios do Estado Novo. Dessa feita, sob o manto do combate ao comunismo internacional, num alinhamento voluntário com a órbita americana.

Em termos diplomáticos, a atuação pendular da política externa argentina foi mais astuta que a brasileira durante a conjuntura inicial que marcou a guerra fria. Do ponto de vista econômico, tanto a administração de Dutra como a de Perón foram marcadas pela insensatez: exauriram os consideráveis saldos positivos de suas respectivas balanças de pagamento, acumulados no período anterior, sem que nenhuma política de desenvolvimento industrial consistente fosse implementada.

Em razão das dificuldades de relacionamento com os Estados Unidos e da fragilidade da economia britânica do pós-guerra, coube à Argentina priorizar o mercado platino, a fim de fortalecer sua posição política e econômica na região, enquanto o Brasil, dentro de certa postura conciliatória, mantinha-se atrelado aos ditames do pan-americanismo, bem ao gosto do Departamento de Estado americano.

Em latência permaneceria o eixo de integração ABC (Argentina, Brasil e Chile), tão acalentado pelo barão de Rio Branco na primeira década do século XX, e que Perón preconizara e tentara estabelecer com Vargas e Ibañes nos anos 1950. Somente a partir dos conturbados anos 1960, a política externa brasileira voltaria novamente suas atenções de modo sistemático às questões do cone Sul, dessa feita sob a batuta do desenvolvimentismo, ironicamente quando regimes autoritários e de exceção predominavam em quase toda a América Latina.

Um novo concerto hegemônico via Paraguai

O novo ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro, que ocorrera a partir dos anos 1950, estabeleceu uma espécie de espiral de crescimento bastante atrativa para algumas economias do cone Sul, como as do Uruguai e do Paraguai, que, dada a relativa estagnação econômica argentina, passaram à órbita brasileira. No caso uruguaio, tal atração baseava-se em sua histórica relação com a economia gaúcha e sua relativa neutralidade política ante as disputas hegemônicas entre Brasil e Argentina. Já no caso paraguaio, esse processo se converteu numa busca de alternativa a secular dependência econômica e comercial em relação à metrópole portenha e também devido a problemas políticos enfrentados pelo regime de Stroessner em relação à oposição asilada, que agia a partir do território argentino sob os auspícios e com o apoio logístico de

alguns comandos militares (los gorilas) daquele país (Lewis, 1980; Menezes, 1987; Moniz Bandeira, 1993).

Essa nova abertura diplomática e econômica para o mundo hispânico se daria em sua estratégica geopolítica através do estreitamento das relações com o Paraguai, e o sucesso dessa empreitada permitiria, na visão do Itamarati, uma aproximação consistente e duradoura com esse *mundo difícil, historicamente desconfiado, porém importante para a política externa do Brasil* (Menezes, 1987, p. 9).

De certo modo, essa aproximação com o Paraguai começou a ser articulada pouco antes, em 1941, com a visita de Getúlio Vargas a Assunção, a primeira de um chefe de estado brasileiro desde 1870, sendo seguido por Geisel 35 anos depois. No entanto, os compromissos e os protocolos firmados naquela visita histórica somente seriam concretizados anos mais tarde, em 1954, com a interinidade de Café Filho, logo após o suicídio de Vargas e, posteriormente, em 1956, quando assumia a presidência Juscelino Kubitschek.

Curiosamente, o estreitamento das relações bilaterais Brasil-Paraguai e o necessário apoio à concretização do acalentado sonho de Stroessner de uma saída para leste se dariam justamente no clímax do curto verão do experimento democrático brasileiro. Essa saída para o Atlântico foi viabilizada pela construção de duas obras importantes, financiadas pelo governo brasileiro: a ponte da Amizade, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner (Ciudad del Leste) e a rodovia Coronel Oviedo, conectando esta última à capital Assunção.

Entretanto, o grande impulso, que efetivaria a vinculação do Paraguai à esfera de influência econômica do Brasil, se daria com a construção da usina de Itaipu, no início dos anos 1970, e, paralelo a esse evento, o ingresso massivo de trabalhadores e agricultores brasileiros em busca de novas oportunidades nas fertilíssimas terras da fronteira oriental paraguaia (Menezes, 1987; Palau e Heikel, 1987; Wagner, 1989; Souchaud, 1997).

Há que se observar que a ascensão de Stroessner à presidência do Paraguai em 1954, alguns anos depois da derrota dos febreristas e liberais pelos colorados, foi de fundamental importância para a realização das aspirações hegemônicas brasileiras, e decorreu de um conturbado contexto interno no qual os membros do Partido Colorado estabeleciam amplo domínio sobre a vida política, econômica e institucional daquele país.

A questão, porém, é que esse partido não se constituía num agrupamento monolítico, pois

abrigava em suas fileiras grupos diferentes, com interesses e projetos, muitas vezes individuais, divergentes entre si, e que se digladiavam permanentemente pelo poder (Lewis, 1980).

O projeto político de Stroessner fora costurado criteriosamente desde 1947, ano da guerra civil, quando os colorados, vitoriosos, baniram os opositores do cenário institucional, tendo ele participado direta e indiretamente da conspiração contra todos os cinco presidentes que o precederam a partir daquele ano. Stroessner obteve êxito na maioria dos golpes que orquestrou, e posteriormente provaria ser, segundo Paul Lewis um “ditador de sucesso”, logrando manter-se no poder por mais de 30 anos, num país que, desde a morte de Solano Lopez até 1954, teve 44 presidentes.

A aproximação tecida por Stroessner não objetivava simplesmente lançar o Paraguai aos braços do Brasil, mas sim livrar-se, através da ligação à leste (o chamado outro pulmão pelo qual respiraria a economia paraguaia), da dependência em relação à Argentina (Muniz Bandeira, 1993), explorando muito habilmente, através de um arriscado jogo pendular, a potencial rivalidade entre os dois grandes vizinhos.

Pôde, desse modo, auferir vantagens adicionais a seus propósitos econômicos e se assegurar da proteção brasileira ante a ameaça opositora organizada em território argentino. Menezes analisa a questão nos seguintes termos:

Stroessner estava no poder com uma oposição política exilada na Argentina; a Argentina poderia sufocar economicamente o Paraguai, se assim o quisesse, e impedi-lo de atingir o mercado externo: o sonho paraguaio, pelo menos em certos grupos, era ter uma saída ou um novo pulmão econômico para leste, via Brasil. Se colocarmos tudo isso junto, veremos que a opção de Stroessner em procurar uma nova fonte de oxigênio para leste parece bastante acertada e lógica. Por seu lado, a idéia do Brasil era conseguir um novo mercado para seus produtos, principalmente os industrializados e para isto, precisava primeiro afastar o Paraguai da Argentina (Menezes, 1987, p. 63).

No entanto, esse intrincado jogo não se resolveria de modo muito tranquilo. O objetivo dos militares (grupo dos gorilas) que depuseram Perón, juntamente com alguns círculos empresariais argentinos, em relação aos asilados paraguaios, era justamente promover a derrubada do regime de Stroessner. Não por motivos ideológicos ou políticos (posto que o abrigo oferecido pelo governo paraguaio a Perón, durante seu exílio, não decorria de nenhuma afinidade de idéias), mas devido ao fato de que sua aproximação com o Brasil feria

diretamente os interesses econômicos e comerciais de Buenos Aires.

Para o Brasil, o encaminhamento e a resolução dos problemas decorrentes das tensões na fronteira paraguaia-argentina se faziam exclusivamente por vias diplomáticas, do mesmo modo que as manobras paraguaias eram tratadas com cautela, pois não interessava à chancelaria brasileira nenhum agravo com os argentinos, em razão das relações estáveis que haviam sido lentamente construídas ao longo das últimas décadas.

Apesar dessa postura conciliatória por parte do governo brasileiro, atritos e suspeitas com os argentinos seriam recorrentes, sobretudo quando o projeto de Itaipu se concretizava, o que reacendeu a paranóia de expressivos círculos militares daquele lado.

Não menos problemáticas eram as negociações com os paraguaios, que buscavam lograr sempre algum adendo em seus acordos bilaterais. Do mesmo modo, a silenciosa invasão oficial de brasileiros nos departamentos orientais daquele país, envolvendo toda a margem direita da enorme represa, era vista por alguns críticos do Stroessner como uma espécie de “Cordon Sanitaire” brasileiro ao redor da hidroelétrica. Verdadeira ou não, o fato é que essa migração se constituiria num modo efetivo de colonização e agente de modernização da agricultura paraguaia. Segundo Menezes, a visão corrente em relação a esse problema era outra:

Para as autoridades paraguaias e para os paraguaios vivendo nas cidades de fronteira, a presença de brasileiros no setor agrícola era uma dádiva divina para o Paraguai. Para eles, os brasileiros estavam melhorando a agricultura do país e promovendo o desenvolvimento de algumas áreas que não possuíam antes nenhuma técnica agrícola e, ainda dando exemplos aos outros com o seu trabalho duro e diuturno (Menezes, 1987, p. 154).

No entanto, essa percepção otimista e um tanto ofensiva negligencia o aspecto muitas vezes obscuro das lutas cotidianas enfrentadas pelos colonos na nova realidade, que se traduz na própria dificuldade e resistência à sua integração, devido a inúmeros obstáculos impostos pela sociedade paraguaia (Menezes, 1992), (SPM/CEP, 1994) e (Pereira, 2001). De certo modo, tais dificuldades decorrem das resistências à assimilação e do apego ao próprio passado, principalmente quando os vínculos culturais são permanentemente reforçados e mantidos em razão da proximidade geográfica e do alcance cada vez mais ampliado da mídia brasileira.

Ainda que vistos como invasores por muitos cidadãos paraguaios, esses colonos estão lá para ficar

e certamente contribuirão para a moldagem de uma nova sociedade que começa a se esboçar naquela fronteira.

A tendência de abrasileiração de expressivo território paraguaio certamente trará sérios problemas diplomáticos que não foram previstos pelas autoridades, envolvendo não apenas questões econômicas e políticas, mas principalmente questões de natureza cultural e assimilativa. Isso sem contar as conseqüências socioambientais advindas do progressivo ingresso da moderna agricultura de *commodities*, introduzida pelos agricultores brasileiros naquela região, acirrando ainda mais os níveis de estratificação social e dos padrões acumulativos no campo.

Na prática, o que se efetiva lentamente é uma espécie de subimperialismo sem império. No entanto, para uma expressiva fatia de intelectuais paraguaios, sobretudo os mais céticos, o que vem ocorrendo nesse processo é um contínuo destocamento de sua cultura, movido pelos interesses econômicos brasileiros (Wagner, 1990). Talvez, em uma posição menos pessimista, esse processo possa se converter num modo novo e efetivo em direção à integração latino-americana, engendrada não mais pelo cume do *establishment*, mas negociada no cotidiano das gentes envolvidas.

Referências

- BUENO, C. *A república e sua política exterior: (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1989.
- HOLANDA, S. B. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LEWIS, P. *Paraguay under Stroessner*. University of North Carolina Press Chapel Hill, 1980.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis/Vozes, 1984.
- MENEZES, A.M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955 – 1980*. Campinas: Papirus, 1987.
- MENEZES, M.A. (Org.). *Brasiguaios: nem brasileiros nem paraguaios*. In: *História de migrantes*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- MONIZ BANDEIRA, L.A. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MONIZ BANDEIRA. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UnB, 1998.
- PALAU, T.; HEIKEL, M.V. *Los campesinos: el Estado y las empresas en la frontera agrícola*. Asunción: Base/Pispal, 1987.
- PEREIRA, J.H.V. Indagações sobre a Educação de Migrantes na Fronteira Brasil-Paraguai. *Revista de Geografia/UFMS*, Campo Grande, v. 7, n. 14, p. 5-12, 2001.
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SPM/CEP-SERVIÇO PASTORAL DE LOS MIGRANTES/ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PARAGUAYA. *Migrantes brasileños em Paraguay: principales problemas y demandas*. Asunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1994.
- SOUCHAUD, S. Migrações pioneiras e dinâmicas territoriais: os casos do alto Paraná e do Canindý no Paraguai. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 57 – 67, 1997.
- WAGNER, C. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

Received on March 03, 2004.

Accepted on June 05, 2005.